

aprova
concursos

SERES-PE

Policial Penal

Secretaria Executiva
de Ressocialização de
Pernambuco



Edital **verticalizado**

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

- 1 Ética e moral.
- 2 Ética, princípios e valores.
- 3 Ética e democracia: exercício da cidadania.
- 4 Ética e função pública.
- 5 Ética no setor público.
 - 5.1 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.
 - 5.1.1 Espécies de procedimento disciplinar: sindicâncias investigativa, patrimonial e acusatória.
 - 5.1.2 Processo administrativo disciplinar.
 - 5.1.2.1 Ritos ordinário e sumário.
 - 5.1.2.2 Fases: instauração, inquérito e julgamento.
 - 5.1.2.3 Comissão disciplinar: requisitos, suspeição, impedimento e prazo para conclusão dos trabalhos (prorrogação e recondução).
 - 6 Decreto nº 46.852/2018 (Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual).

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

1. Lei nº 15.755/2016 (Código Penitenciário do Estado de Pernambuco) e Lei Complementar do Estado de Pernambuco nº 106/2007 (estabelece normas disciplinares dos Policiais Penais de Pernambuco).
- 2 Constituição do Estado de Pernambuco.
3. Lei Complementar nº 422/2019 (define as descrições sumárias de atribuições para os servidores ocupantes do cargo público de Policial Penal de Pernambuco).
4. Lei Complementar nº 150/2009.
5. Lei nº 6.123/1968 (Regime jurídico dos funcionários públicos civis do estado de Pernambuco).

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).
- 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice).
- 3 Redes de computadores.
 - 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.
 - 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).
 - 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).
 - 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet.
 - 3.5 Grupos de discussão.
 - 3.6 Redes sociais.
 - 3.7 Computação na nuvem (cloudcomputing).
- 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação.
 - 5.1 Procedimentos de segurança.
 - 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.
 - 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).
 - 5.4 Procedimentos de backup.
 - 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage).

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Estruturas lógicas.
- 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 3 Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1 Proposições simples e compostas.
 - 3.2 Tabelas-verdade.
 - 3.3 Equivalências.
 - 3.4 Leis de De Morgan.
 - 3.5 Diagramas lógicos.
- 4 Lógica de primeira ordem.
- 5 Princípios de contagem e probabilidade.
- 6 Operações com conjuntos.
- 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

- 1 Tópicos relevantes e atuais de segurança prisional nacional e direitos humanos, podendo abranger temas relacionados a política, sociedade, educação, saúde, cultura, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Objeto. 2.2 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.3 Disposições doutrinárias. 4.3.1 Conceito. 4.3.2 Espécies. 4.3.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.4 Provimento. 4.3.5 Vacância. 4.3.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.3.7 Remuneração. 4.3.8 Direitos e deveres. 4.3.9 Responsabilidade. 4.3.10 Processo administrativo disciplinar.

- 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos. 8.1 Formas de prestação e meios de execução. 8.2 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.3 Princípios.
- 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo.
- 10.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.
- 11 Processo administrativo. 11.1 Lei nº 9.784/1999.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.
- 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Poder Executivo. 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
- 6 Poder Legislativo. 6.1 Estrutura. 6.2 Funcionamento e atribuições. 6.3 Processo legislativo. 6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 7 Poder Judiciário. 7.1 Órgãos do Poder Judiciário. 7.1.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
- 8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Defensoria Pública. 9 Constituição do Estado de Pernambuco.

DIREITO PENAL

- 1 Princípios.
- 2 Aplicação da lei penal.
 - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.2 Tempo e lugar do crime.
 - 2.3 Lei penal excepcional, especial e temporária.
 - 2.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
 - 2.5 Pena cumprida no estrangeiro.
 - 2.6 Eficácia da sentença estrangeira.
 - 2.7 Contagem de prazo.
 - 2.8 Frações não computáveis da pena.
 - 2.9 Interpretação da lei penal.
 - 2.10 Analogia.
 - 2.11 Irretroatividade da lei penal.
 - 2.12 Conflito aparente de normas penais.
- 3 O fato típico e seus elementos.
 - 3.1 Crime consumado e tentado.
 - 3.2 Pena da tentativa.
 - 3.3 Concurso de crimes.
 - 3.4 Ilícitude e causas de exclusão.
 - 3.5 Excesso punível.
 - 3.6 Culpabilidade. 3.6.1 Elementos e causas de exclusão.
- 4 Imputabilidade penal.
- 5 Concurso de pessoas.
- 6 Crimes contra a pessoa.
- 7 Crimes contra o patrimônio.
- 8 Crimes contra a fé pública.
- 9 Crimes contra a administração pública.
- 10 Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos) e suas alterações.
- 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 2 Inquérito policial.
- 3 Ação penal.
- 4 Competência.

- 5 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica) e suas alterações.
- 6 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.
- 7 Prisão, liberdade provisória e fiança.
- 8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 9 Habeas corpus e seu processo. 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

- 1 Lei nº 12.850/2013 (organizações criminosas) e suas alterações.
- 2 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro) e suas alterações.
- 3 Lei nº 9.455/1997 (Antitortura) e suas alterações.
- 4 Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção).
- 5 Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade).
- 6 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas alterações.
- 7 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e suas alterações.
- 8 Lei nº 13.964/2019 (aperfeiçoa a legislação penal e processual penal).

EXECUÇÃO PENAL

- 1 Lei de Execução Penal.
- 2 Lei nº 11.671/2008 e Decreto nº 6.877/2009 (Sistema Penitenciário Federal).
- 3 Portaria Interministerial MS/MJ nº 1/2014 (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional).
- 4 Decreto nº 7.626/2011 (Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional).
- 5 Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária: Resolução nº 4/2014 (Assistência à Saúde);
Resolução nº 1/2014 (Atenção em Saúde Mental);
Resolução nº 3/2009 (Diretrizes de Educação);
Resolução nº 8/2011 (Assistência Religiosa);
Resolução nº 9/2009 (proporção mínima entre o contingente de agentes penitenciários e profissionais da equipe técnica e o número de detentos);
Resolução nº 5/2014 (Procedimentos para revista pessoal).
- 6 Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014 (Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional).

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- 1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217-A (III) – da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948).
- 2 Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas.
- 3 Decreto nº 7.037/2009 (Programa Nacional de Direitos Humanos).
- 4 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (arts. 62 a 64 da Lei de Execução Penal).
- 5 Conselhos Penitenciários (arts. 69 e 70 da Lei de Execução Penal).
- 6 Conselhos da Comunidade (arts. 80 e 81 da Lei de Execução Penal).



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br